

Geneva Internet Platform

Digital Watch

NEWSLETTER
VERSÃO BRASILEIRA

Você recebe centenas de peças de informação sobre política digital. Nós também as recebemos. Nós as decodificamos, contextualizamos e analisamos. Então, nós as resumimos para você.

ANÁLISE SEMESTRAL: ONDE A TECNOLOGIA ENCONTRA A HUMANIDADE

Após seis meses completos em 2018, a tecnologia continua a se relacionar com a humanidade em torno da proteção de dados, ética e inteligência artificial (IA), vícios em jogos online como uma situação de saúde, segurança dos usuários da Internet e muitas outras questões digitais.

Na área digital, seis meses é muito tempo, dado que a maior parte foi dominada pelo escândalo do Facebook e da Cambridge Analytica, pelo escrutínio político que se seguiu e pelos preparativos para a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (GDPR).

Esta revisão semestral nos ajuda a dar um passo para trás e nos faz olhar para o quadro geral dos desdobramentos da política digital. Para cada uma das 10 principais tendências na política digital, o número entre parênteses indica como estava sua classificação em janeiro de 2018. [↗](#)

1. (1) GDPR: Dados no centro da política digital

O clima de antecipação pela entrada em vigor do GDPR em 25 de maio marcou o primeiro semestre do ano, à medida que as empresas e organizações atualizaram suas políticas e procedimentos de dados para cumprir as novas regras. Um dos problemas em

aberto está relacionado à coleta de dados de registro de nomes de domínio por meio do sistema WHOIS da ICANN.

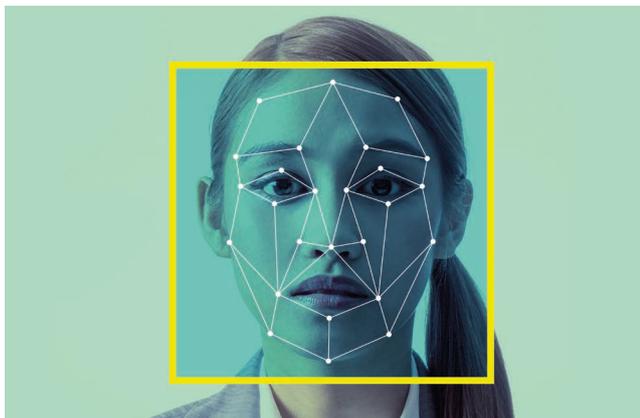
O GDPR também está afetando o atual modelo de negócios de Internet da indústria de tecnologia, calcado na monetização de dados para publicidade, e o modelo emergente de negócio baseado em IA, que utiliza dados para o desenvolvimento de novos algoritmos.

2. (5) Inteligência artificial: entre considerações filosóficas e aplicações práticas

IA foi, como previsto, um tópico relevante. Os desenvolvimentos tecnológicos que continuaram a quebrar barreiras, e o crescente debate sobre aspectos filosóficos, éticos, legais e econômicos colocaram a IA em um posição relevante na nossa lista.

No lado das políticas, os países continuaram a prestar maior atenção aos desenvolvimentos no campo da IA e a desenvolver estratégias e planos. O impacto da IA na força de trabalho e a necessidade de adaptar os sistemas de educação e formação é outra questão pertinente.

[La suite en page 3](#) 



Este mês, vários acionistas da Amazon escreveram para o CEO da empresa expressando preocupações sobre a venda de um software de reconhecimento facial para agências policiais dos EUA. [↗](#) O uso potencial do Rekognition pode “violiar direitos civis e humanos” e “fiscalizar e transformar em alvo injustamente e desproporcionalmente pessoas não brancas, imigrantes e organizações da sociedade civil”. [↗](#) Mais desdobramentos nas páginas 4–5. [↗](#)

FGV DIREITO RIO
CENTRO DE TECNOLOGIA
E SOCIEDADE

NESTA EDIÇÃO

GENEبرا



Muitas discussões políticas ocorreram em Genebra em junho, desde discussões no Conselho de Direitos Humanos, a colóquios de pesquisa e aulas públicas.

[Mais na página 2](#) 

DIREITO AUTORAL



Um dos artigos controversos da proposta de reforma da Diretiva de Direitos Autorais é o Artigo 13, que exige que as plataformas da Internet criem filtros para detectar violações de direitos autorais.

[Mais na página 6](#) 

WHOIS



O GDPR introduziu regras mais rigorosas para a proteção dos dados pessoais. Uma área específica de preocupação é o sistema WHOIS da ICANN.

[Mais na página 7](#) 

LINGUAGEM



Em nossa análise do uso de prefixos na linguagem digital, descobrimos o termo “tech” como um novo prefixo nas discussões digitais.

[Mais na página 8](#) 



Edição no. 32 da newsletter *Digital Watch*, publicada em 30 de junho de 2018, pela Geneva Internet Platform (GIP) e DiploFoundation | Contribuidores: Luca Belli, Stephanie Borg Psaila, Andrijana Gavrilovic, Tereza Horejsova, Luã Fergus, Arvin Kamberi, Jovan Kurbalija, Marilia Maciel, Adriana Minovic, Virginia (Ginger) Paque, Clement Perarnaud, Vladimir Radunovic, Barbara Rosen Jacobson, Sorina Teleanu | Design por Viktor Mijatovic, layout por Aleksandar Nedeljkov, Diplo's CreativeLab | Além da newsletter *Digital Watch*, você pode encontrar a cobertura detalhada dos desdobramentos no observatório *GIP Digital Watch* (<https://dig.watch>) e participar de discussões online na última terça-feira de cada mês, ou na GIP (<https://dig.watch/briefings>) | Envie seus comentários para digitalwatch@diplomacy.edu | Faça o download da sua cópia em <https://dig.watch/newsletter/june2018>

DESDOBRAMENTOS DIGITAIS EM GENEBRA

Muitas discussões políticas ocorrem em Genebra todos os meses. As atualizações a seguir cobrem os principais eventos do mês. Para relatórios de eventos, visite a seção [Past Events](#) no observatório *GIP Digital Watch*.

Workshop Invista em Cibersegurança

O workshop, organizado pela Switzerland Global Enterprise (S-GE), analisou as oportunidades para a Suíça consolidar-se como um local forte e inovador de cibersegurança. O evento ocorreu na Geneva Internet Platform (GIP) em 5 de junho e abordou dois objetivos. Primeiro, conectou a indústria de cibersegurança à comunidade de promoção de investimentos; em seguida, a discussão desenvolveu idéias e possíveis estratégias para promover a Suíça no campo da cibersegurança. [🔗](#)

Aula pública: Ética, Tecnologia e o Futuro da Humanidade

Realizada em 8 de junho na sede da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a aula pública ministrada pelo Dr. Peter Singer marcou a primeira de uma série de palestras sobre tecnologia e ética. Dado o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, as instituições encontram-se atualmente sob pressão e possuem respostas insuficientes aos desafios que surgem. Neste contexto, Singer afirmou a importância de considerar o impacto social e ético das novas tecnologias. Referindo-se a diferentes escolas de pensamento, ele explicou que os direitos humanos devem servir ao propósito humano e que as limitações aos direitos de propriedade são geralmente buscadas em nome da necessidade (embora em diferentes extensões). Singer também discutiu questões bioéticas e a automação do trabalho impulsionado pela inteligência artificial (IA). [🔗](#)

Aplicação de Tecnologia para Reforçar a Segurança e Promover o Desenvolvimento

O evento, organizado pelo Instituto de Pesquisa Inter-regional de Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI) em 14 de junho, discutiu as oportunidades que os avanços tecnológicos trazem para combater e prevenir os fenômenos criminais. As discussões se concentraram em tecnologia, segurança e desenvolvimento e enfatizaram o Projeto SIRIO (Melhorias de Segurança por meio de Pesquisa, Tecnologia e Inovação, na sigla em inglês) que visa identificar riscos emergentes e suas possíveis soluções tecnológicas. [🔗](#)

Geneva Internet L@w Summer School 2018

A escola de verão, organizada pela Universidade de Genebra de 18 a 29 de junho, deu aos alunos a experiência de uma clínica de direito da Internet para discutir questões jurídicas e de políticas da Internet com acadêmicos, profissionais, representantes de formuladores de políticas globais e organizações internacionais. [🔗](#) Os tópicos abordados pela escola de verão incluíram cibersegurança, privacidade digital e vigilância online, liberdade de expressão, proteção ao consumidor, questões legais de redes sociais, perigos da computação em nuvem, infraestrutura de telecomunicações e Internet, proteção de dados e propriedade intelectual.

38ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos

A 38ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) foi realizada de 18 de junho a 6 de julho no Palais des Nations, em Genebra. Dois projetos de resolução incluíam uma resolução sobre "Violência contra as mulheres" e outra sobre "A promoção, proteção e gozo dos direitos humanos na Internet". A GIP relatou alguns eventos paralelos específicos; mais atualizações em nossa próxima newsletter. [🔗](#)

Conferência de Leis & Políticas de Cibersegurança de Genebra

A Conferência de Políticas & Leis de Cibersegurança de Genebra, organizada em 21 de junho pela Universidade de Genebra e pela Universidade Hebraica de Jerusalém, abordou a responsabilidade civil no contexto de ciberrataques. As discussões incluíram aspectos legais e políticos da cibersegurança e abordaram a proteção de dados e violações de cibersegurança, gerenciamento de riscos e padrões de atendimento para vítimas de ciberrataques e o futuro da cibersegurança. [🔗](#)

Colóquio de Pesquisa Internet L@w de Genebra 2018

O colóquio de pesquisa, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Genebra em colaboração com o Berkman Klein Center for Internet & Society da Universidade de Harvard, o CRIDES Center for Economic Law and Society da Universidade Católica de Lovaina, a GIP e o Instituto para Tecnologia e Sociedade do Rio, proporcionou aos participantes a oportunidade de compartilhar resultados de pesquisa, trocar experiências com especialistas na área e receber importantes feedbacks. [🔗](#)

ANÁLISE SEMESTRAL: ONDE A TECNOLOGIA ENCONTRA A HUMANIDADE

Continuação da página 1

3. (3) O comércio digital e a economia da Internet

No início deste ano, diplomatas de comércio internacional procuraram maneiras de superar as divergências que se formaram na Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro. O primeiro semestre de 2018 também lançou luz nos riscos das tendências protecionistas do comércio e potenciais guerras comerciais.

Em áreas como concorrência, tributação e privacidade, os governos estão cada vez mais inclinados para regulamentar as atividades das empresas de Internet, uma mudança radical quando comparada à abordagem anteriormente dominante do *laissez-faire*. As questões de tributação na UE serão, no entanto, mais difíceis de haver um consenso, devido às profundas divisões entre os Estados membros.

4. (2) Geopolítica da cibersegurança: a busca por novos mecanismos de governança

Em 2017, a cibersegurança destacou-se nos debates públicos. Até agora, neste ano, assistimos a uma continuação da busca por novos mecanismos de governança, embora em um ritmo mais lento.

A busca por acordos de cibersegurança continuará. No alto nível político, saberemos se algum compromisso será alcançado futuramente no Grupo de Especialistas Governamentais das Nações Unidas (GGE). Paralelamente, muitas outras iniciativas serão desenvolvidas. A Comissão Global de Estabilidade Cibernética provavelmente desenvolverá novas normas. O Diálogo de Genebra sobre Comportamento Responsável vai começar a mapear o papel dos governos, empresas e sociedade civil. O setor de tecnologia vai detalhar as propostas do Tech Accord.

5. (6) Bitcoin e criptomoedas: entre altos e baixos

Depois de 2017, ano da revolução da criptomoeda, 2018 começou como o ano da consolidação. Os países começaram a regulamentar as ofertas iniciais de moedas (ICOs) e a segurança das criptomoedas, dentre outras questões regulatórias. O aumento significativo de roubos e as falhas de segurança nas transações também fizeram com que as criptomoedas estivessem nos noticiários com bastante frequência.

Em uma nota colaborativa, a UE estabeleceu uma Parceria Europeia para a Blockchain. Um total de 22 países da UE compartilharão seus conhecimentos nesse campo regulatório. Eles também irão se preparar para o lançamento de um aplicativo blockchain que será disponibilizado para toda a UE.

6. (4) Tribunais: Criadores ativos de normas digitais

Até agora, não tivemos decisões judiciais de grande impacto na mesma escala que vimos nos últimos anos. No entanto, os tribunais em todo o mundo estão ficando mais ocupados. O GDPR, por exemplo, já desencadeou alguns processos judiciais.

O papel dos tribunais não deve ser subestimado como sendo apenas o último recurso para defender a Internet, como foi demonstrado no processo estadunidense apresentado por empresas de tecnologia contra a Comissão Federal de Comunicações (FCC) sobre a revogação das regras de neutralidade de rede dos EUA.

7. (7) Políticas de conteúdo: notícias falsas e extremismo violento online

A mesma previsão do início do ano ainda se mantém: os governos continuarão a pressionar as plataformas da Internet para

assumir a responsabilidade pelo conteúdo que hospedam. Embora as empresas tenham avançado na luta contra a disseminação de conteúdo ilegal, os governos começaram a aprovar novas regras que levarão as empresas a tomarem mais medidas.



Como esperado, a nova regulamentação alemã contra conteúdo ilegal e o anúncio da França de que elaboraria uma legislação contra notícias falsas no início do ano desencadearam desdobramentos políticos em outros lugares.

8. (10) ICANN: identidades online, jurisdição e governança

Conforme previsto em janeiro, a ICANN tem tentado determinar se e como adaptar suas políticas ao GDPR. Esse problema e outros debates relacionados a domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs) aumentaram a relevância da ICANN nos debates públicos.

Com relação aos novos gTLDs, a comunidade da ICANN continuou seu trabalho de revisão do programa, mas outra rodada de novos gTLDs não acontecerá antes de 2021.

9. (9) Criptografia: Pressão para acessos via backdoor

A previsão de 2018 de que os governos provavelmente aumentariam a pressão sobre as empresas de Internet para fornecer acesso via backdoor não se cumpriu completamente, embora a situação na Rússia tenha trazido a possibilidade de um debate mais aprofundado. A Suprema Corte da Rússia determinou que o Telegram deve compartilhar suas chaves de criptografia com as autoridades russas.

A criptografia permanecerá em alta na agenda da política digital. Até agora, não existem soluções políticas para os interesses muitas vezes opostos da indústria de tecnologia que deseja proteger a privacidade do tráfego de dados, e o interesse dos governos em acessar este tráfego por razões (in)justificadas, incluindo investigações criminais.

10. (8) Neutralidade da rede: impacto global da nova ordem da FCC

Como previsto em janeiro, a discussão sobre a neutralidade técnica da rede não ganhou um novo foco. Grande parte da atenção até agora neste ano esteve voltada para a situação regulatória nos EUA. Com a entrada em vigor da nova ordem da FCC, vários estados dos EUA decidiram resolver o problema por conta própria.

Este artigo é um excerto da revisão semestral do Prof. Jovan Kurbalija. Leia o texto completo.

POLÍTICA DIGITAL: DESDOBRAMENTOS EM JUNHO

O Barômetro mensal de Governança da Internet registra questões específicas de Governança da Internet (GI) no debate sobre políticas públicas e revela tendências que se destacam comparando as questões todos os meses. O barômetro indica a presença de questões específicas da GI em comparação com o mês anterior. [Leia mais sobre cada atualização.](#)

Arquitetura Global da GI



em alta

Na Cúpula do G7 em Charlevoix, Canadá, os líderes do G7 endossaram uma Visão compartilhada para o futuro da inteligência artificial (IA), que, entre outros, se esforçará para promover uma adoção centrada em humanos e comercial da IA.

A Comissão Europeia organizou uma reunião de alto nível com representantes de organizações filosóficas e não confessionais europeias, para discutir desafios éticos e sociais relacionados à IA. As orientações éticas da Comissão para o desenvolvimento da IA serão finalizadas até o final de 2018.

A Administração Nacional de Telecomunicações e Informação (NTIA) dos EUA convidou partes interessadas para comentar quatro grandes questões para que elas informem suas prioridades em políticas internacionais para a Internet. Os assuntos incluem (a) respostas a restrições ao livre fluxo de informação e liberdade de expressão online; (b) prioridades dos EUA dentro da ICANN, políticas de DNS e melhorias no IGF; (c) espaços internacionais para abordar ameaças de cibersegurança e questões de privacidade online; e (d) tecnologias emergentes nas quais as discussões sobre políticas internacionais devem se concentrar.

Desenvolvimento sustentável



mesma relevância

A Malásia está considerando a possibilidade de alterar sua constituição para incluir o acesso à Internet como um direito fundamental, já que visa diminuir o abismo digital entre áreas urbanas e rurais. O status de direito constitucional provavelmente dará incentivos adicionais para o governo, tanto a nível estadual e federal, impulsionar os esforços para fornecer o serviço a todos os malaios.

Segurança



mesma relevância

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (OFAC) divulgou uma nova rodada de sanções contra cinco entidades russas e três russos, encarregados de contribuir diretamente para a construção de ofensivas cibernéticas e subaquáticas por meio de atividades com o Serviço Federal de Segurança da Rússia.

Ciberataques aumentaram na Cingapura durante o encontro Kim-Trump. Cerca de 40.000 ataques foram realizados em Cingapura entre 11 e 12 de junho, relataram pesquisadores de cibersegurança. A Cingapura recebeu 4,5 vezes mais ataques do que os EUA ou Canadá naquela época, e esta anomalia está sendo vinculada à reunião do presidente dos EUA, Donald Trump e o presidente norte-coreano Kim Jong-un na Cingapura. A Agência de Cibersegurança da Cingapura contestou essas descobertas.

Comércio eletrônico e economia da Internet



mesma relevância

Uganda impôs um imposto sobre as redes sociais para arrecadar dinheiro para o país. Usuários de redes sociais precisarão pagar 200 xelins ugandeses (US\$ 0,05) por dia para usar plataformas populares como Twitter, Facebook e WhatsApp. A lei entrou em vigor em 1º de julho.

Membros da Organização para Cooperação de Xangai – China, Rússia, Quirguistão, Cazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Índia e Paquistão – adotaram um comunicado conjunto afirmando que os países buscarão simplificar seus procedimentos comerciais, especificamente sobre o comércio de bens. Os Estados membros também trataram de tópicos de governança e fizeram referências à “importância dos esforços conjuntos necessários para apoiar e fortalecer o sistema multilateral de comércio com base nos padrões e princípios da Organização Mundial do Comércio”.

Um tribunal em Londres concedeu à Uber uma licença ‘probatória’ de 15 meses para operar na capital do Reino Unido.

A batalha judicial da ICANN contra o registrador alemão de nomes de domínio EPAG continua. [Mais na página 6.](#)

Direitos digitais



em alta

Os deputados do Comitê das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu (LIBE) votaram a favor de uma resolução que solicita à Comissão Europeia que suspenda o seu acordo Privacy Shield com os EUA, a menos que sejam introduzidas salvaguardas de proteção de dados até 1º de Setembro.

Os EUA anunciaram sua saída do Conselho de Direitos Humanos da ONU por suposto viés político, criticando-o por não responsabilizar violadores de direitos humanos.

Em sua declaração para a 38ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, Dubravka Šimonović, Relatora Especial da ONU sobre Violência contra as Mulheres, falou sobre o combate à violência online/facilitada pelas TICs contra mulheres e meninas, exigindo novas leis e estruturas regulatórias mais robustas.

Jurisdição e questões legais



em alta

A Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu (JURI) adotou uma versão proposta das novas regras de direitos autorais, [provocando debate](#). O controverso Artigo 13 da diretiva exige que as plataformas de Internet que hospedam uma grande quantidade de conteúdo gerado por usuários tomem medidas para monitorar e identificar infrações de direitos autorais. Teme-se que isso possa afetar a liberdade de expressão e levar a formas de censura, especialmente no que diz respeito a memes, remixes e conteúdo similar. Outra disposição controvertida é o Artigo 11, que pode impor uma “taxa de fragmentos” para empresas quando usam pequenos trechos de outras publicações de notícias.

Em decisão preliminar, o Tribunal Comercial de Viena determinou que o YouTube não é um intermediário neutro e que deve impedir que terceiros enviem material que viole regras de direitos autorais. [Como o YouTube está classificando, filtrando e vinculando conteúdo em sua plataforma, não pode ser considerado um intermediário neutro e, por isso, não está sujeito às regras do Safe Harbor.](#)

Infraestrutura



mesma relevância

As Ilhas Salomão rescindiram seu contrato com a empresa chinesa Huawei para construir um cabo submarino para o pequeno estado insular. Em vez disso, receberá fundos da Austrália, que está redirecionando seus programas de ajuda externa para o Pacífico.

O Facebook descartou seu plano de desenvolver drones de Internet. [A decisão foi motivada pelo crescente interesse da indústria aeroespacial em começar a investir nessa tecnologia.](#)

Neutralidade de rede



mesma relevância

Nos EUA, a ordem “Restaurando a Liberdade da Internet” da Comissão Federal de Comunicações (FCC) entrou em vigor em junho, revogando a ordem de neutralidade da rede de 2015 e restaurando a classificação do serviço de acesso à Internet de banda larga como um serviço de informações pouco regulamentado. [O Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrônicas \(BEREC\) e a Autoridade Reguladora de Telecomunicações da Índia \(TRAI\) adotaram uma Declaração Conjunta para uma Internet Aberta](#) [que descreve o escopo e as bases comuns dos frameworks de neutralidade da rede na Europa e na Índia e demonstra o compromisso das partes em supervisionar e aplicar regras e diretrizes para uma Internet aberta em suas regiões.](#)

Novas tecnologias (IoT, IA, etc.)

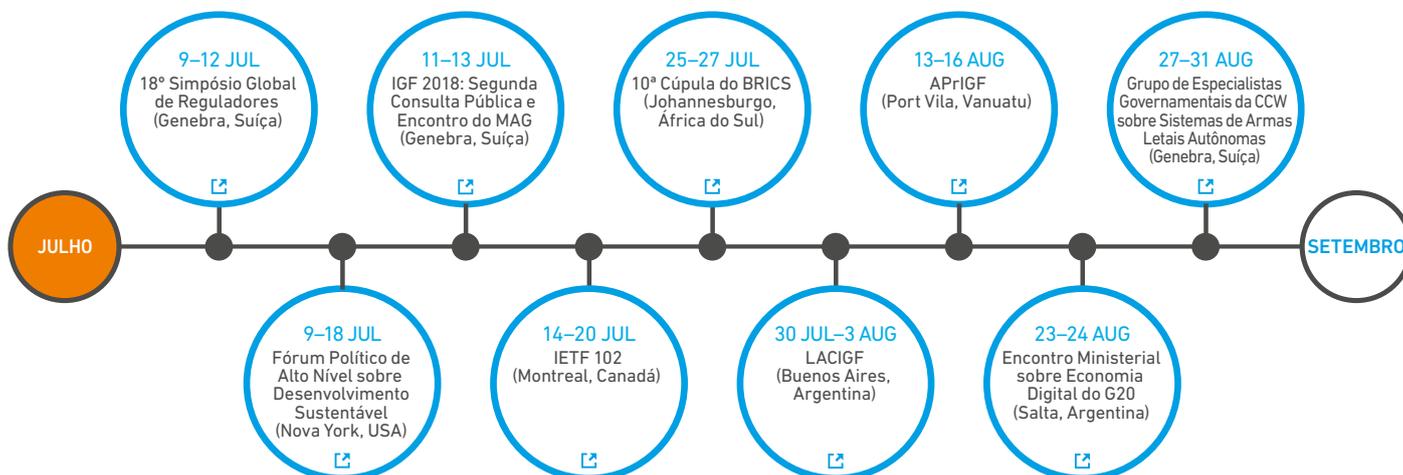


em alta

Pesquisadores continuam a obter vários avanços na IA. Entre eles está a IBM, que lançou um sistema de inteligência artificial que pode envolver-se em debates bem fundamentados com humanos em tópicos complexos. O Project Debater, treinado com antecedência em debater métodos, mas não nos detalhes dos debates, “digere enormes textos, constrói um discurso bem estruturado sobre um determinado tópico, realiza-o com nitidez e propósito e refuta seu oponente”. Pesquisadores de Ciência da Computação do MIT e do AI Laboratory desenvolveram um sistema de inteligência artificial que usa sinais sem fio para “ver” através de paredes. [Chamado RF-Pose, o sistema utiliza uma rede neural profunda para detectar movimento humano usando sinais de radiofrequência refletidos pelos corpos das pessoas. O sistema poderia ser usado em operações de busca e salvamento após desastres naturais e para fins médicos.](#)

Em um blog post, o CEO do Google descreveu uma série de princípios que devem orientar o trabalho da empresa com IA. [A lista contém o desenvolvimento de sistemas responsáveis perante as pessoas e que não criem nem reforcem vieses injustos. Vários acionistas da Amazon escreveram para o CEO da empresa expressando preocupação com a venda de software de reconhecimento facial para as agências policiais dos EUA.](#)

EVENTOS EM JULHO & AGOSTO



Para mais informações sobre eventos futuros, visite dig.watch/events

LEI DE DIREITOS AUTORAIS: OS PRÓS E OS CONTRAS DO ARTIGO 13

Em 19 de junho, a Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu (JURI) aprovou seu relatório sobre a proposta de reforma da Diretiva de Direitos Autorais. Um dos artigos mais controversos do texto é o Artigo 13. Aqui está uma recapitulação dos prós e contras deste novo dispositivo.

O Artigo 13 do projeto da Diretiva de Direitos Autorais introduz para provedores de serviços online que hospedam grandes quantidades de conteúdo ou que permitam uploads de seus usuários a obrigação de tomar medidas, tais como tecnologias de reconhecimento de conteúdo, para proteger os detentores de direitos autorais. Tais medidas devem ser adequadas e proporcionais. Os provedores de serviços online também precisarão fornecer aos detentores de direitos autorais informações sobre essas medidas e relatar sobre sua implementação.

Argumentos a favor

A indústria criativa há muito vem argumentando que está enfrentando perdas significativas devido à sua incapacidade de proteger os direitos de propriedade intelectual (PI). Embora a Diretiva de Comércio Eletrônico exija que os intermediários reajam quando notificados sobre uma violação de direitos autorais (ou qualquer outro conteúdo ilegal), a indústria acredita que isso não acontece tanto quanto deveria. Uma das principais críticas é que as regras atuais não têm poderes suficientes para garantir sua implementação. Titulares de direitos ainda podem confiar nos tribunais, mas o este procedimento é lento.

Se não houver uma proteção eficiente da PI, os detentores de direitos não terão nenhum propósito para investir tempo e dinheiro para criar soluções novas, criativas e originais. Em última análise, menos pessoas poderão viver da receita de sua criatividade e inovação.

Algumas plataformas já estão aplicando técnicas de filtragem. Por exemplo, os sistemas de gerenciamento de conteúdo do Facebook e YouTube são capazes de sinalizar e remover com eficiência materiais que violam direitos autorais. Esses exemplos demonstram que existem soluções que não são apenas não-intrusivas, mas também estão no caminho para serem totalmente eficientes na proteção de PI.

Tendo em mente a ineficácia do atual regime regulatório para enfrentar esses desafios e alguns dos exemplos positivos da implementação voluntária de medidas que protegem os detentores de direitos, a indústria criativa acredita que a proposta de manter os intermediários mais responsáveis é o próximo passo mais lógico.

Argumentos contra

Muitas organizações já expressaram preocupações sobre o Artigo 13, explicando que isso poderia levar à “destruição da Internet como a conhecemos”. A principal preocupação é que a



A “taxa sobre fragmentos”

Juntamente com este artigo, existe também uma proposta para adotar o artigo 11 relativo à imposição de uma “taxa sobre fragmentos”. Este artigo daria aos editores de notícias o direito à remuneração se partes/trechos de suas notícias fossem disponibilizados por outra entidade. Os argumentos para esta proposta enfatizam a necessidade de proteger os investimentos na indústria editorial por meio de direitos conexos. Tais medidas que obrigam buscadores a pagar aos editores pelo uso de trechos já foram adotadas na Alemanha e na Espanha.

Críticos acreditam que, embora os alvos desta proposta sejam as grandes empresas de tecnologia, como buscadores, esta solução afetaria seriamente a todos. Esta provisão representaria uma ameaça para a liberdade de expressão, pois blogueiros e a comunidade online que debatem questões de importância pública e referentes às notícias atuais, também seriam submetidos a este regime. Práticas de desinformação também seriam incentivadas pela necessidade de reformulação de notícias em vez de vinculação à conteúdos confiáveis. Esse novo direito também prejudicaria significativamente as startups e pequenas editoras relacionadas às notícias, e, com base em experiências passadas, provavelmente falhará.

filtragem de conteúdo poderia servir como uma ferramenta para a vigilância e, portanto, poderia colocar em risco a liberdade de expressão. Esse tipo de medida importaria certas formas de moderação que podem dar origem a abusos e a decisões arbitrárias sobre quais conteúdos seriam permitidos ou removidos.

O artigo 13 também contradiz o princípio que proíbe o monitoramento prévio de conteúdo – uma pedra angular da regulamentação sobre intermediários. O projeto de lei, portanto, apresentaria uma mudança significativa no regime regulatório de um dos princípios fundamentais da regulamentação da Internet.

De uma perspectiva técnica, os filtros não são capazes de reconhecer em todos os casos a diferença entre conteúdo que viola os direitos autorais de alguém e outros tipos de conteúdo, como paródias ou variações legais semelhantes. Os filtros não são perfeitos, e essa abordagem colocaria, portanto, a liberdade de expressão e a abertura da Internet em alto risco.

A implementação dessas medidas significaria um custo adicional de conformidade para as companhias, afetando principalmente pequenas e médias empresas (PMEs), que precisariam desenvolver soluções próprias para reconhecimento de conteúdo (um cenário menos provável) ou adquirir um solução pronta e não tão barata.

E agora?

O Parlamento Europeu votará, em 5 de julho, sobre a necessidade de confirmar a posição da comissão. Embora exista pressão para que as negociações sobre a reforma de direitos autorais sejam concluídas rapidamente, uma posição contrária indicaria a possibilidade dos deputados abrirem novas negociações. O Parlamento Europeu deverá, então, entrar em negociações com os Estados membros, como parte da fase do tríplice, a fim de chegar a um acordo sobre o resultado final dessa reforma.

WHOIS E GDPR: A QUESTÃO DOS DADOS PESSOAIS

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), que introduziu regras mais rigorosas para a proteção dos dados pessoais dos residentes da UE, também está afetando a indústria de nomes de domínio. Foram levantadas questões sobre se e como as políticas da ICANN precisam ser alinhadas. Um tema particular de preocupação tem sido o sistema WHOIS e o tratamento de dados pessoais de registrantes de nomes de domínio.

Uma perspectiva geral

A ICANN, entidade que assegura a coordenação global do Sistema de Nomes de Domínio (DNS), possui contratos com registros e registradores de domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs). Uma das disposições desses acordos diz respeito à coleta e publicação – por meio do sistema WHOIS – de dados de registro de nomes de domínio. Tradicionalmente, esses dados também incluem dados pessoais, como nome, número de telefone, endereço postal e endereço de e-mail do registrante do nome de domínio e os contatos administrativos e técnicos associados ao nome de domínio.

Há vários anos, a comunidade da ICANN começou a levantar preocupações sobre a adequação do sistema WHOIS e a privacidade dos registrantes de nomes de domínio. Um grupo de especialistas (EG) [foi formado em 2012](#) para desenvolver um potencial modelo alternativo para o WHOIS. Posteriormente, em 2015, um grupo de trabalho (WG) foi encarregado de determinar “se e por que um Serviço de Diretório de Registros (RDS) de próxima geração é necessário para substituir o WHOIS, e criar políticas [...] para atender a essas necessidades”. [O grupo trabalhou por mais de dois anos](#), mas enfrentou dificuldades para alcançar consensos.

Em 2017, a ICANN começou a prestar mais atenção no potencial impacto do GDPR sobre o sistema WHOIS e iniciou os trabalhos sobre possíveis soluções para garantir a conformidade com o regulamento. [Nesse contexto](#), o grupo de trabalho suspendeu suas atividades indefinidamente.

Política temporária

Em março de 2018, a ICANN publicou um Modelo Provisório de Conformidade com o GDPR seguido de uma Especificação Temporária (TS) para Dados de Registro de gTLDs. adotado pela diretoria em maio. A TS introduziu vários requisitos para registros e registradores de gTLDs:

- Quando um nome de domínio é registrado, os dados pessoais do registrante e os contatos administrativos/técnicos continuam sendo coletados.
- Os dados pessoais não são mais disponibilizados por meio do WHOIS. Mas os registros e registradores podem dar aos registrantes a oportunidade de consentir que esses dados sejam publicados.
- Os registros e registradores agora garantem que os usuários possam entrar em contato com o registrante e com o suporte administrativo/técnico de um nome de domínio por meio de um e-mail anônimo ou de um formulário online.
- Registros e registradores devem fornecer acesso a dados de registro não públicos a usuários com “propósito legítimo e proporcional” (como agências policiais, detentores de direitos de PI e pesquisadores de segurança), a menos que a solicitação de acesso entre em conflito com os direitos dos titulares de dados.

Registros e registradores precisam aplicar essas regras “quando exigido pelo GDPR”, mas também podem optar por aplicá-las globalmente. Como a Especificação Temporária pode vigorar somente por um ano, um processo acelerado de desenvolvimento de políticas foi iniciado para desenvolver uma política de consenso para uma revisão do sistema WHOIS.

Acesso a dados de registro não públicos

Embora o acesso a dados de registro não públicos ainda seja permitido para usuários com interesses legítimos, não há um sistema uniforme para regular esse acesso. É por isso que várias partes da comunidade da ICANN têm trabalhado em modelos de credenciamento e acesso uniforme e, em junho, a ICANN apresentou sua própria proposta para um possível “modelo de acesso unificado”.

O documento descreve uma abordagem unificada para que registros e registradores forneçam acesso a dados não públicos do WHOIS à agências policiais, outros órgãos governamentais e certas categorias de entidades privadas. Também atribui papéis importantes para os governos. Por exemplo, os governos estariam envolvidos na identificação de grupos de usuários qualificados para acessar dados não públicos. Eles também determinariam quais agências policiais de suas jurisdições deveriam ter acesso a dados completos do WHOIS, e seriam consultados sobre a identificação de órgãos relevantes para autenticar usuários privados elegíveis.

O que vem depois?

Durante a reunião da ICANN62, essas questões foram discutidas extensivamente. Houve visões divergentes, mas também pedidos para que a comunidade demonstre disposição em se comprometer enquanto trabalha na revisão do sistema WHOIS (dada a necessidade de ter isto em vigor em maio de 2019, quando a expirar). O modelo de acesso unificado proposto permanece sujeito a discussão, mas ainda não está definido se essas discussões devem fazer parte de um processo acelerado de desenvolvimento de políticas ou de um quadro diferente. No entanto, a maioria da comunidade parece concordar que um modelo de acesso precisa estar pronto o mais rápido possível, garantindo consistência, uniformidade e previsibilidade de acesso.

Para atualizações, siga a página sobre DNS no observatório Digital Watch.

Buscando entendimentos no tribunal

Em 25 de maio, a ICANN entrou com uma ação judicial contra o registrador alemão EPAG, sobre sua decisão de interromper a coleta de informações administrativas e técnicas de contato quando os nomes de domínio são registrados. Embora o EPAG alegasse que a coleta desses dados era contra o GDPR, a ICANN argumentou que o registrador estava violando seu contrato.

O Tribunal Regional de Bonn decidiu contra a ICANN, afirmando que a coleta de dados pessoais do registrante do nome de domínio era suficiente para fins relacionados à proteção contra o uso indevido de nomes de domínio. A ICANN recorreu da decisão, considerando que o tribunal foi incompreensível sobre o escopo do GDPR e não indicou que a coleta de dados de contato administrativos e técnicos violaria o regulamento. Em 21 de junho, o tribunal de Bonn anunciou sua decisão de reavaliar a sentença inicial.

A CHEGADA DO “TECH”

Se você tem acompanhado a nossa cobertura das discussões do Fórum de Governança da Internet (IGF) ao longo dos anos, você sabe o quão de perto seguimos o uso de prefixos na linguagem digital. Levamos nossa análise para além das transcrições e descobrimos um novo prefixo nas discussões digitais.

O uso de prefixos nas discussões sobre políticas é mais do que apenas um estudo da evolução da linguagem. Os prefixos nos dizem em que direção as discussões estão indo e como certas questões são enquadradas e diferenciadas.

Tradicionalmente, “e-”, “cyber”, “net”, “digital”, “online” e “virtual” foram os mais dominantes. Os prefixos foram (e são) usados em domínios específicos. Por exemplo, “e-” é normalmente usado no contexto do comércio eletrônico; “Cyber” é usado principalmente em questões de segurança; O “virtual” agora é usado principalmente para as tecnologias emergentes de realidade virtual.

Este ano, voltamos nossa atenção para a *The Economist* e sua cobertura de questões digitais. A linguagem certamente está evoluindo, pois o prefixo “tech” está estabelecendo um domínio na descrição de questões relacionadas ao mundo digital. A nossa análise dos textos da *The Economist* sobre questões digitais publicados entre 1º de janeiro e 28 de junho de 2018 mostra que o adjetivo “tech” é agora utilizado com mais frequência do que os prefixos anteriormente dominantes.

Tech, abreviação de tecnologia, está sendo usado como um prefixo, como em “techplomacia”, ou como um termo descritor, como os termos *tech industry*, *tech policy*, etc. Ele também é usada como um sufixo no termo “fintech”.

De todos os termos descritores, “*tech firm/s*” é o mais popular, seguida por “*tech giant/s*”, “*tech company/ies*”, “*tech industry*”, e “*tech titan*”. Esses cinco termos representam mais de 65% do uso de “tech”. O domínio que este prefixo moldou para si mesmo está na referência à indústria de tecnologia, que geralmente é entendida como mais ampla que a indústria da Internet, porém menor que a indústria técnica.

Os termos “*tech giants*” e “*tech titans*” descrevem as empresas que têm uma grande participação no mercado, geralmente concentradas na área do Vale do Silício. É nesse contexto que a “techplomacia” nasceu: o termo descreve as ligações diplomáticas com as empresas, principalmente na região de São Francisco. O termo tende a obter maior reconhecimento e uso.

Por fim, “fintech” – como o nome sugere – é usado predominantemente no setor de tecnologia financeira, que descreve o uso da tecnologia para apoiar, oferecer ou executar serviços financeiros. Em consonância com nossas previsões para os próximos seis meses (leia as páginas 1 e 3), a crescente relevância das finanças inclusivas e criptomoedas colocará o setor de fintech no centro das atenções e expandirá o uso do termo “tech”.

